

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário da Tarde (BH) Class.: 204

Data: 05.10.84 Pg.: _____

**Jurandy, malufista,
alega perseguição**

BRASÍLIA — O presidente da Funai, Nelson Marabuto assinou portaria, ontem declarando a nulidade de todos os contratos de arrendamentos assinados pelo ex-presidente do órgão, Jurandy Marcos da Fonseca, acusado, pela atual administração do órgão, de ter cometido irregularidades, o procurador-geral da Funai, Irineu de Oliveira, apresentou ontem os documentos de que a Funai dispõe para apontar a ilegalidade da transação entre elas quatro contratos de arrendamento de que constam nomes de pessoas já mortas e documento comprovando que Jurandy assinou a portaria, sem o conhecimento da procuradoria jurídica da Funai, em Brasília. O advogado afirmou, ainda, que oito fazendeiros beneficiados com a prorrogação dos arrendamentos acusaram o advogado Javam Coimbra, irmão do deputado Albino Coimbra — PDS-MS — de ter exigido dos arrendatários Cr\$500,00 por hectares arrendado, perfazendo um total de Cr\$152 milhões.

O preço cobrado, em média, na região, por hectare arrendado, é de Cr\$10.000,00, segundo explicou Irineu de Oliveira. O contrato firmado por Jurandy fixou um preço muito abaixo do mercado: Cr\$430,00 por hectare, que deveriam ser pagos a cada anos pelos 84 arrendatários; mas além desse dinheiro, os fazen-

deiros foram obrigados a pagar mais Cr\$500,00 a Javam que é advogado da Bodoquena.

Funai

O ex-presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, afirmou, à noite, em Brasília, que ao acusá-lo, estão querendo atingir o candidato Paulo Maluf. "Essas acusações são causadas pela minha simpatia pela candidatura Paulo Maluf" — afirmou. "Se o governo não é contra a candidatura dele, está fazendo tudo pra mostrar que é, colocando no meu lugar, na Funai, um antimalufista. Esta, também, é uma forma de podar as minhas pretensões políticas, que seriam me candidatar a deputado federal pelo PDS do Mato Grosso do Sul.

Jurandy disse que está traído pelas pessoas que convidou para trabalhar com ele na Funai, citando Nelson Marabuto e o atual superintendente, Gerson Alves. Sobre a portaria que assinou, Jurandy explicou que agiu da mesma forma que os presidentes anteriores da Funai, prorrogando os contratos de arrendamento. O Estatuto do Índio prevê essas prorrogações em situações excepcionais — disse ele — que devem ser deliberadas pelo presidente da Funai. Ele negou que a comunidade Kadiwu tivesse manifestado-se contrária à prorrogação dos arrendamentos.